

**DO CONTEXTO NEOLIBERAL A EXPERIÊNCIA
EMANCIPATÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM
CÁCERES/MT: o caso do Proeja FIC voltado a pescadores,
ribeirinhos e pequenos agricultores.**

MONTECCHI, INÊZ A. DELIBERAES¹

PONTES, MATHEUS DE MESQUITA²

1 - A Educação Profissional no Brasil em tempos do neoliberalismo

Após o processo de “redemocratização” institucional da vida política brasileira, pode-se afirmar no campo histórico e econômico, que vivemos os tempos do neoliberalismo. Em, que cada vez mais, o Estado transmite ou omite suas responsabilidades em benefício do crescimento econômico da iniciativa privada, o chamado Estado mínimo. A orientação desse modelo tem suas consequências em várias áreas sociais, inclusive no meio educacional: seja para utilizá-la na legitimação da ordem vigente (ideologicamente e/ou formando mão de obra qualificada para produção de capital), ou repassando essa responsabilidade estatal, de forma parcial ou completa, à iniciativa de empresas privadas do ramo educacional.

Dentre os governos brasileiros dos tempos do neoliberalismo que mais avançaram em (contra) reformas de Estado no âmbito educacional, encontramos os oito anos de Fernando Henrique Cardoso pelo PSDB (1995-2002) e os oito anos de Luiz Inácio Lula da Silva pelo PT (2003-2010).

Nos anos de 1996, 1997 e 2001 observamos que Cardoso realizou um conjunto de contrarreformas para a Educação Profissional. Em 1997 temos o Decreto 2.208/97, a Medida Provisória 549/97 e a Portaria 646/97 que, separa a educação profissional da educação básica unitária; cria uma carreira com três níveis: o básico, técnico e tecnológico, para educadores dessa modalidade de ensino (sem claras definições que geram confusões até os dias atuais); e, almeja transferir a responsabilidade e gestão do

¹ Professora Mestre em História do IFMT/Campus Cáceres. Coordenadora geral do Proeja FIC – Cáceres.

² Professor Mestre em História do IFMT/Campus Cáceres. Coordenador de pesquisa do Proeja FIC/Cáceres.

sistema do ensino profissional federal ao setor privado, a organizações não governamentais e aos governos municipais e estaduais que tivessem interesse.

Percebe-se que o governo de Cardoso limitou as possibilidades de avanço e de qualidade da expansão da rede técnica federal, chegando a abrir margens para possíveis privatizações dos antigos CEFET's e das antigas Escolas Federais Agrícolas; além de tornar o ensino concomitante, evitando uma formação integral que interligue a formação para o mundo do trabalho com possíveis conhecimentos que leve o educando a interpretar, atuar e transformar a sociedade e o seu próprio espaço de trabalho.

A análise do PNE que emergiu no findar do Governo de Cardoso evidencia que o planejamento não definiu de forma positiva as carências e demandas do nosso sistema educacional e, em especial, os novos desafios de qualificação e requalificação profissional impulsionadas pela reestruturação produtiva nos diversos setores de nossa economia, assim como políticas específicas para atender demandas regionais e/ou setoriais. Manfredi nos coloca que o PNE aprovado no Congresso Nacional, após o falso debate tripartite sobre o tema, (com representação empresarial, técnicos do estado e representantes sindicais e populares) refletiu o projeto neoliberal, em que:

Tais omissões e silêncios não nos parecem casuais. Expressam uma tendência do Estado em desobrigar, cada vez mais, dessa modalidade de educação, estabelecendo, mediante parcerias, a transferência da execução para as entidades da sociedade civil e, especialmente, para o Sistema S. Nesse sentido, o Estado deixaria de ser o executor direto para ser um repassador de verbas, ficando mais com as funções de supervisão, controle e avaliação (MANFREDI, 2002: 298).

Maria Ciavatta em seu artigo *Formação Integrada: entre a cultura da escola e a cultura do trabalho* (2007), coloca que as bases do ensino concomitante já estavam presentes na nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para a educação em 1996, regulamentado posteriormente em 1997 com Decreto Presidencial de Cardoso (2.208/1997), que segundo a autora, expressava a coalização de forças dentro do Governo, prevalecendo os interesses do empresariado e do pensamento neoliberal. Ciavatta vai além e denuncia que o “novo passo (LDB e desdobramentos) foi dado, no sentido do fechamento do tipo de formação (integral) que devia ser dada aos jovens e adultos trabalhadores” (2007, p. 134), para evitar certamente a formação de um cidadão mais crítico e atuante enquanto sujeito histórico.

Seguindo posicionamentos diferenciados das políticas educacionais do Governo de Cardoso, Manfredi (2002: 299-301) defende a ampliação da Educação Profissional com a universalização das oportunidades; a construção de mecanismos democráticos para gestão nas Instituições e na elaboração de políticas públicas para as redes de ensino; a formação adequada aos educadores da Educação Profissional; o reconhecimento de experiências do mundo do trabalho adquiridas fora dos espaços escolares; a educação integral entre ensino médio e profissionalizante; articulação entre as diferentes iniciativas e agências de Educação Profissional etc. As propostas progressistas da autora convergem com a de diversos educadores e, reaparecerão, com bastante fervor, no início do novo Governo de Lula.

Depois de três tentativas eleitorais para a Presidência da República, o ex-operário metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva consegue se eleger Presidente (2002), tendo como candidato a vice em sua chapa um dos maiores empresários brasileiros, José de Alencar. No documento assinado por Lula, *Carta ao Povo Brasileiro* (junho de 2002), nas preliminares da campanha eleitoral, o presidenciável anuncia um futuro governo sustentado no “novo pacto social” entre o patronato e os trabalhadores.

Diferente do programa eleitoral de 1989 (primeiro pleito disputado por Lula), candidato e partido se comprometem (na “Carta ao Povo”) com o pagamento da dívida pública e “preservar o superávit primário o quanto for necessário”; no campo prometem “uma política dirigida a valorizar o agronegócio”; e, uma reforma tributária para retirar o “fardo insuportável para o setor produtivo”. Referente à educação, nenhuma linha foi escrita. O novo “pacto social” proposto por Lula, após a sua vitória eleitoral, será interpretada pela esquerda no governo, como um “governo em disputa”, sendo necessário pressioná-lo pelas mudanças. Essa concepção conjuntural influenciou diversos setores dos movimentos sociais, sindicatos e partidos, além de diversos educadores e intelectuais.

Com menos de um ano de governo, principalmente após a Reforma da Previdência dos Servidores Públicos Federais (2003), uma parcela dos setores progressistas da sociedade brasileira, incluindo parlamentares e membros do próprio PT, iniciaram um processo de ruptura com o governo por não acreditar que ocorreram

as mudanças necessárias e, que Lula, seguia a cartilha do modelo econômico herdado por seu antecessor. Ao abordar o momento, Ciavatta afirma que:

Tendo apoiado, ou não, a eleição do presidente Lula, políticos e intelectuais estão em desacordo com a continuidade da política econômica monetarista, neoliberal do governo e de suas opções de corte em reformas importantes como os generosos recursos para o setor privado, a reforma da previdência, a reforma universitária em curso, a reforma trabalhista em compasso de espera (CIAVATTA, 2007: 136).

Com a rejeição e rupturas ocorridas graças à aprovação da Reforma da Previdência, o Governo Lula desistiu de aprovar uma ampla reforma da educação, realizando-a de forma fragmentada em seus oito anos de mandato. Em 2004, o Governo criou o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que torna “pública” vagas ociosas em cursos de graduação nas Instituições Privadas de Ensino Superior, sendo que em contrapartida o Estado as isenta da cobrança de impostos; aprova da Lei de Inovação Tecnológica para legitimar e regulamentar o relacionamento entre Universidades e Institutos de pesquisa públicos com empresas privadas, sustentada também pela Lei nº 11.079/2004 que institui normas de Parceria Pública/Privada (PPP) no âmbito da administração pública (a PPP é a forma mais refinada do neoliberalismo brasileiro); e, cria o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) em substituição ao “Provão” do Governo Cardoso, com o intuito de ranquear cursos e Instituições, facilitando a concentração de recursos extras para o ensino, pesquisa e extensão nas mais bem avaliadas. Referenda-se assim, a lógica dos Centros de Excelência e as Instituições Periféricas.

No campo da expansão do ensino público federal o Governo instituiu o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), através do Decreto 6.096/2007, que prevê dobrar o número de estudantes até 2014, além da criação de novos *Campi* e Universidades. Porém a expansão veio com um aumento orçamentário de apenas 20%, aumento da proporção aluno – professor e da falta de servidores e infraestrutura em várias Instituições.

Para o ensino profissional federal, foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em 2008, com a fusão de antigos CEFET's e Escolas Federais Agrotécnicas, que passam a ofertar cursos de nível médio, tecnólogos, bacharelados, licenciaturas e a possibilidades de pós-graduações *lato sensu* e *stricto*

sensu. Em 2010, o Governo por intermédio do MEC impõe um “Plano de Metas” para os novos Institutos (documento que nunca foi publicado na íntegra à sociedade) que também prevê a abertura de novos *Campi*, orçamento das Instituições ligado ao quantitativo de estudantes e de aprovações, aumento da relação aluno/ professor (de 14 por 01 para 20 por 01) etc.

A expansão do ensino federal, apesar das medidas de precarização e da limitação orçamentária, foi saudada com entusiasmo por setores progressistas no Governo. Outra ação governamental comemorada foi a criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), pelo Decreto 5.478/2005, voltado inicialmente ao Ensino Médio e, posteriormente, revisto com o Decreto 5.840/2006, que prevê tanto o Ensino Médio como a Formação Inicial Continuada – Ensino Fundamental. Essa modalidade de ensino passou a ser obrigatória na rede federal do ensino profissional, inicialmente nos antigos CEFET's e Escolas Federais Agrícolas e, depois nos novos Institutos Federais, fato que vamos aprofundar no tópico seguinte.

Um ano antes da criação do Proeja o Governo Lula revogou o Decreto 2.208/1997 do Governo Cardoso, que determinava o ensino concomitante na rede de educação profissional federal, substituindo-o pelo novo Decreto 5.154/2004 que, ao contrário do anterior, passa a permitir o Ensino Médio integrado ao Ensino Técnico em uma única matrícula. Segundo Ciavatta (2007, p. 136), o novo Decreto teria como origem um intercâmbio internacional entre MEC e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com a região de Emília Romana, na Itália, no início do ano de 2004, atitude que agradou determinados grupos de educadores ligados ao governo³.

Quase no findar do Governo Lula, em 2008/2009, setores mais progressistas ligados à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação construíram em parceria com a Universidade Federal de Goiás

³ Tal atitude não agradou todos os setores da educação profissional, pois novamente o Governo Lula impunha um novo Decreto sem consultar as Instituições e seus educadores, além do Estado brasileiro novamente recorrer a exemplos europeus para solucionar os problemas nacionais e, nesse caso, a Itália do Governo conservador de Berlusconi que acabava de fazer uma reforma de cunho neoliberal em seu ensino profissional (Lei 53 de 28 de março de 2003). Segundo os governistas de perfil progressista, um fato irrelevante, já que a região detinha uma legislação própria para educação profissional, além de uma tradição educacional de matriz socialista com forte influência dos sindicatos e organizações de esquerda.

(UFG) e pesquisadores da área, um documento nacional que serviu de preparatório para VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA). Esse documento realizou um diagnóstico e apontou os desafios da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, interligando-as com questões do mundo do trabalho e a formação cidadã. Contudo, percebe-se que é mais do que um apontamento preparatório para uma Conferência Internacional, pois contém análises, avaliações do contexto da EJA e recomendações para elaboração de políticas de Estado para o setor. Certamente tem o intuito de referendar a necessidade de continuidade dos programas da EJA e, em especial, nos Institutos Federais, além de reivindicar mais recursos, expansão de vagas e a concretização de uma política educacional que garantisse de fato um ensino profissional integrado ao ensino médio com perfil emancipador.

Elaborado depois da realização de 27 Encontros Estaduais e Distrital, 5 Encontros Regionais e um Encontro Nacional, o documento exalta dados positivos do governo Lula, apresenta seus programas para EJA e afirma que a média de estudos entre a população com 15 ou mais anos de idade teve um salto significativo entre 1996 e 2006, sendo que no Centro-Oeste, região onde se situa o Estado de Mato Grosso, essa média saltou de 5,9 anos, para 7,4 anos de estudo (MEC. 2009: 16-17). Lembrando que o tempo de estudo no Ensino Fundamental é de oito anos, sendo a faixa etária de conclusão, 15 anos de idade. Esses dados ainda demonstram a existência de demandas para a EJA, seja no Ensino Fundamental, seja no Médio. Também nos aponta que as maiores demandas da EJA se encontram em setores com maior vulnerabilidade social, seja no aspecto econômico, racial e de gênero. Partindo para um aspecto contra hegemônico da ordem vigente e das próprias práticas do Governo Lula, o documento reivindica princípios históricos dos movimentos sociais e dos sindicatos classistas de trabalhadores da educação, como: a oposição a mercantilização da educação e, em especial da EJA; recursos públicos somente para o sistema educacional público; defesa da formação integral e de cunho emancipatório, inclusive realizando críticas ao sistema capitalista; reconhecimento de saberes dos educandos da EJA; elaboração de políticas públicas sobre a influência dos anseios dos movimentos sociais; gestão democrática entre outros.

2. O Proeja enquanto política pública e sua implantação em Cáceres

Ao interpretar as políticas educacionais do Governo Lula, podemos afirmar que a criação do Proeja é uma reforma de Estado que almeja atuar de forma contra hegemônica à ordem social vigente e, inclusive, contradizendo a essência das próprias políticas macroeconômicas e sociais implantadas por esse Governo, fruto da ação e pressão de setores que levaram a cabo a concepção de um “Governo em disputa”. Nos Documentos Base do Proeja Ensino Médio e Formação Inicial Continuada – Ensino Fundamental (2007), elaborados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação fica clara a necessidade de uma ampla transformação na sociedade.

O Proeja é, pois, uma proposta constituída na confluência de ações complexas. Desafios políticos e pedagógicos estão postos e o sucesso dos arranjos possíveis só materializar-se-á e alcançará legitimidade a partir da franca participação social e envolvimento das diferentes esferas e níveis de governo em um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social; em um projeto de nação que vise uma escola vinculada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social (MEC/SETEC, 2007: 06).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2002, às vésperas do início do Governo Lula, apenas 13% do total da população brasileira terminou o Ensino Médio, sendo que 65,9 milhões que possuem mais de 15 anos não concluíram o ensino fundamental e, destes, mais de 10 milhões são analfabetos ou subescolarizados. No que tange ao mundo do trabalho cerca dos 23 milhões de jovens com idade de 18 a 24 anos, existentes no Brasil, apenas cerca de 5 milhões (por volta de 23,3%) possuem emprego no mercado de trabalho formal. Os reflexos das desigualdades na escolaridade e no acesso ao trabalho ficam mais agudas nas regiões nordeste, norte e centro-oeste, sendo que os setores da sociedade com maior vulnerabilidade são os negros, pardos, mulheres, índios, populações rurais e comunidades tradicionais.

Por esse contexto emerge a “justificativa” do Governo Federal com o Decreto nº 5.840/2006: que cria o Proeja nas modalidades de Ensino Médio (EM) e Formação

Inicial Continuada (FIC) – Ensino Fundamental, além de obrigar a rede educacional federal profissional a ofertar o mínimo de 10% de suas matrículas a essa modalidade de ensino, como a garantia da inclusão e possíveis expansões da modalidade no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de cada Instituição. Tais prerrogativas se estenderam posteriormente a remodelação da rede federal, com a criação dos Institutos Federais em 2008.

Tanto o Decreto de 2006 como a confecção dos Documentos Base para o Proeja vão para além do direito da oferta de ensino a jovens e adultos que foram excluídos do sistema educacional, eles defendem uma formação integral de perfil politécnico que, além da formação geral que aborde as concepções de mundo e os fundamentos científicos, explore também a formação profissional do sujeito, de forma crítica, autônoma e criadora⁴. O intuito final é uma educação emancipatória que aponte para a formação de um educando que venha interferir de forma positiva na construção de seu próprio futuro e de uma nova sociedade de perfil equitativa. Essa política educacional não é uma criação do Governo Lula, mas uma reivindicação histórica de diversos sindicatos e movimentos sociais do campo e da cidade que, inclusive, foram os pioneiros em implementar esse modelo de ensino, com inúmeras experiências no transcorrer do século XX.

Para Domingos Leite Lima Filho em *Educação de Jovens e Adultos (EJA) e mundo do trabalho* (2008), torna-se necessário uma educação para jovens e adultos que foram excluídos do sistema educacional que vá para além de conceber uma (re)inserção no mundo do trabalho e que não esteja reduzida meramente as exigências do mercado e da empregabilidade. O autor defende uma educação que utiliza do trabalho como princípio educativo, que elimine a alienação e degradação pelo trabalho, um modelo em que o educando tenha capacidade de refletir e agir de forma sócio-histórica.

Nessa concepção, a educação em sua relação com o mundo do trabalho, seja básica, profissional ou tecnológica, não pode ser reduzida à mera formação para profissões ou para determinadas práticas e trabalhos específicos, senão um processo de formação integral do ser humano, cidadão e trabalhador, direito social inalienável e base

⁴ No Decreto nº 5.840/2006, o PROEJA de nível médio ou FIC voltado ao ensino fundamental, podem ser ministrados de forma integrada ou realizado de forma concomitante, porém tanto Decreto como os Documentos Bases para cada modalidade defendem a aplicação do ensino integrado.

de autodeterminação do sujeito no contexto dos complexos processos produtivos que caracterizam as sociedades contemporâneas (LIMA FILHO, 2008: 120).

Numa perspectiva classista voltada aos trabalhadores e ao combate das desigualdades e explorações sociais geradas historicamente, o Documento Base do Projea voltado ao Ensino Médio defende:

A finalidade da formação integral é a superação da dualidade histórica presente na educação brasileira entre teoria e prática e cultura geral versus cultura técnica. Essa dualidade não é fruto do acaso, mas sim da separação entre a educação proporcionada aos filhos das classes média/alta e alta e aquelas permitidas aos filhos dos trabalhadores (MEC/SETEC, 2007: 26).

Assim, uma das finalidades mais significativas dos cursos técnicos integrados no âmbito de uma política educacional pública deve ser a capacidade de proporcionar educação básica sólida, em vínculo estreito com a formação profissional, ou seja, a formação integral do educando. A formação assim pensada contribui para a integração social do educando, o que compreende a continuidade de estudos. Em síntese, a oferta organizada se faz orientada a proporcionar a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos especialmente os da classe trabalhadora (MEC/SETEC, 2007: 35).

Para que o ensino voltado às camadas populares se efetive e, em especial a educação para jovens e adultos, sem ter caráter assistências e/ou paternalista, esse deve ser entendido como direito, referendando o que está em nossa Constituição Federal de 1988. Frente à garantia do direito à educação é necessário que o Estado assuma as suas formas de financiamento. A partir dessa prerrogativa foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que inclui o ensino fundamental, ensino médio e a educação de jovens e adultos, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), que era voltado exclusivamente ao financiamento do ensino fundamental. Apesar de o FUNDEB garantir o financiamento da EJA, que é uma reforma essencial no sistema educacional brasileiro, isso não significou o aumento do orçamento da educação básica ou da educação de

forma geral no Governo Lula, descumprindo assim, metas que estavam previstas no PNE de 2001⁵.

Com o Decreto nº 5.840/2006 do PROEJA e sua obrigatoriedade nas Instituições da Rede Federal Profissional, a antiga Escola Agrotécnica Federal de Cáceres (EAFC), no município de Cáceres no oeste matogrossense, passa a ofertar dois cursos do Proeja em nível de ensino médio integrado ao ensino profissional no período noturno: Desenvolvimento de Sistemas (extinto em 2010) e Agroindústria, com turmas de 40 educandos cada. Posteriormente, em 2008, com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), a antiga EAFC saiu da condição de autarquia federal e se integra enquanto um dos novos *Campi* do IFMT. Nos anos seguintes o *Campus* Cáceres abre mais um curso Proeja de nível médio em Aquicultura (em 2010, também no período noturno e com 40 educandos), além de abrir seus dois primeiros cursos em Proeja FIC voltados ao Ensino Fundamental (2009/2010): o curso em Aproveitamento e Industrialização de Pescados Regionais e o curso de Processamento de Produtos de Origem Animal. A justificativa para abrir os cursos do Proeja FIC se sustenta em vários aspectos socioeconômicos da localidade.

2.1. A experiência do Proeja FIC/Cáceres

Segundo dados preliminares do senso demográfico 2010 do IBGE, no município de Cáceres a população urbana é composta por 87,07% dos habitantes contra 12,93% da população que vive na zona rural. A maioria da população, o que corresponde a 63,76% dos habitantes, vive com menos de um salário mínimo por mês e apenas 73,08% dos domicílios tem abastecimento de água tratada. Ainda segundo o mesmo senso, entre a população maior de 19 anos, 11,51% não é alfabetizada. Do total de não alfabetizados, 68,57% tem 50 anos ou mais.

Pensando em atender a demanda de comunidades específicas, marginalizadas em consequência de locais de moradia, formas de trabalho entre outros aspectos, a equipe do projeto desenvolveu uma pesquisa junto à Colônia de Pescadores do município,

⁵ No PNE de 2001 se previa a aplicação de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação até 2011, porém esse valor nunca ultrapassou 4% do PIB, sendo comum nos oito anos do Governo Lulas (como no início da governabilidade da atual Presidenta Dilma) corte de gastos públicos, inclusive da educação, para o pagamento do *superávit* primário.

cujos dados se mostraram bastantes alarmantes: dos 535 associados, em 2009 à Colônia, 97% não chegaram a ir à escola. Alguns assinavam seus nomes, mas não tinham nenhum domínio da escrita ou da leitura. A maioria dos que já frequentaram a escola não conseguiu concluir as séries iniciais do Ensino Fundamental.

Esses trabalhadores ligados ao setor pesqueiro ausentaram-se da educação formal por motivos diversos, mas especialmente pela necessidade de afastar-se da cidade e passar dias em baías, barrancos e espaços do pantanal mais propícios à pesca. São trabalhadores que já possuem conhecimentos sistematizados ou empíricos construídos ao longo de suas vidas, mas que não puderam concluir formalmente o Ensino Fundamental.

A mesma equipe recebeu uma solicitação da direção da Escola Municipal Buriti, escola localizada no distrito de Vila Aparecida que atende mais de 400 alunos vindos do entorno da comunidade, entre Educação Infantil, Ensinos Fundamental e Médio. Essa comunidade está situada a aproximadamente 50 Km da sede administrativa municipal e um estudo da demanda de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental a escola recebeu uma relação nominal com aproximadamente 90 moradores da região entre não alfabetizados e não concluintes do Ensino Fundamental. A lista foi feita e entregue pelos próprios interessados à direção da escola. Entre os argumentos elencados na reivindicação do projeto se fazer presente naquela comunidade estava o de que senhores e senhoras com idade ente trinta e 80 anos necessitavam de salas diferenciadas para o estímulo à alfabetização e que, para eles, era constrangedor frequentar as mesmas salas de aula de seus filhos e netos crianças/adolescentes.

A maior parte da população da comunidade de Vila Aparecida é formada por trabalhadores que transformam suas residências e domicílios em espaços da economia doméstica de subsistência (plantação de hortaliças em gerais, mandioca, plantas frutíferas e plantas medicinais, além da criação de pequenos animais como: galinha caipira e o porco). Ao redor desse “núcleo” estão localizados os pequenos produtores rurais (chacareiros e sitiantes) que concentram-se na criação de gado de leite. O que se destaca na economia da comunidade são os derivados de produtos animais e a agricultura de subsistência. Para essa comunidade o acesso a tecnologias, ainda que

primárias, significa agregar valor a sua produção e garantir a permanência das famílias em suas pequenas propriedades.

Durante o período de pesquisa podemos constatar junto às comunidades, que vários projetos de alfabetização já foram oferecidos, especialmente aos pescadores e seus familiares, antes do Proeja FIC, mas não atenderam as necessidades e expectativas dos educandos, seja pelo pouco tempo de atendimento, ou pela falta de professores preparados para a realidade do adulto em sala de aula. Foram várias tentativas que, segundo os próprios educandos, trouxeram a desconfiança sobre sua capacidade de aprendizado e principalmente sobre suas condições de retornar à sala de aula.

E depois de definir as populações que seriam atendidas o IFMT *Campus* Cáceres, como Instituição proponente, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Cáceres, passa a ofertar o curso de *Aproveitamento e Industrialização de Pescados Regionais*, voltado a pescadores e ribeirinhos que vivem e trabalham nas margens do rio Paraguai e seus afluentes mais próximos, para 150 educandos e o de *Processamento de Produtos de Origem Animal*, para 90 trabalhadores do Distrito de Vila Aparecida.

Ambos os cursos são presenciais e a princípio previam a carga horária de 1400 horas, sendo 1200 horas para a formação geral e outras 200 horas para a formação inicial e continuada que é a qualificação/educação profissional. No decorrer do seu desenvolvimento ficou latente a necessidade de estender o período e sua carga horária que passou para 2800 horas. Essa necessidade foi se desenhando conforme as atividades eram desenvolvidas. O tempo de aprendizado do jovem/adulto é diferenciado e diversificado. Em decorrência dessa constatação, apenas 23 educandos do total de 240 foram certificados com o Ensino Fundamental integrado à Formação Inicial e Continuada ao final da primeira carga horária prevista.

O Projeto Político Pedagógico dos cursos seguem a orientação do Decreto 5.840/2006 e dos Documentos Base do Proeja, visando o uso de currículos integrados e buscando a formação integral desse trabalhador. Os educadores da formação geral são ligados à Secretaria Municipal de Educação e os da área profissional e coordenadores do projeto ao IFMT/*Campus* Cáceres. As aulas são ministradas em escolas municipais próximas das comunidades, sendo que determinadas aulas de perfil técnico, em específico as da área de Agroindústria que é comum aos dois cursos, são realizadas na Instituição federal.

Verdade é que percebemos em pouco tempo, que a formação dos docentes envolvidos com o projeto, seria uma constante, pois o contato com a prática na realização do mesmo nos colocou realidades não imaginadas anteriormente. Em nossas visitas às comunidades em momentos informais, ouvimos as expectativas dos educandos, suas confissões de que o momento que antecede as aulas, enquanto se preparam para ir à escola e no caminho dela, ficam dialogando sobre qual será a atividade do dia e quais são as suas preferidas. Esses momentos sempre nos motivam a nos reunir a reavaliar nossas práticas pedagógicas. É essencial o diálogo sistemático entre os envolvidos sobre as expectativas, as experiências na educação de jovens e adultos, principalmente, diálogos que tematizem o público alvo do projeto e proporcionam novas perspectivas em sala de aula.

O diálogo preconizado por Paulo Freire é uma relação horizontal, oposta ao elitismo. Nutre-se de amor, humildade, esperança, fé, confiança. Na relação dialógico-educadora parte-se sempre da realidade do educando, dos conhecimentos e da experiência dele, para construir a partir daí o conhecimento novo, uma cultura vinculada aos seus interesses e não a cultura das elites [...] O diálogo é, portanto, uma exigência existencial que possibilita a comunicação e permite ultrapassar o imediatamente vivido. (GADOTTI, 2008: 27-29)

Com a definição de que o projeto deve comungar com a pedagogia freiriana e pedagogia da alternância a equipe tem trabalhado continuamente, um processo de seleção de histórias sobre costumes, culinária, crenças e credences, diversas práticas culturais das duas comunidades para então, elaborar o material pedagógico em diálogo com o cenário cultural das comunidades atendidas. Em cada texto selecionado em nossos encontros de formação está exposto o cuidado para que a finalidade do projeto seja alcançada. Auxiliá-los na conclusão do Ensino Fundamental, com horários diferenciados, conteúdos voltados às suas respectivas realidades e, integrando essa formação a inicialização de uma qualificação técnica adequada às atividades que os mesmos já desenvolvem.

A principal metodologia que tem guiado todo trabalho tanto de formação como do processo ensino aprendizagem tem como fundamento a dialogicidade, como ferramenta a valorização dos saberes dos sujeitos envolvidos no processo, esses sujeitos que delineiam um sólido tripé na educação de jovens e adultos: o educador, o educando e o que se ensina ou, o objeto do conhecimento. Na verdade, uma educação que se

baseia em uma ação problematizadora valorizando os saberes dos educandos que além de alunos, são acima de tudo homens e mulheres que possuem uma vivência que serve de base para toda organização metodológica da ação mediadora do educador em sala de aula.

[...] o conteúdo programático da educação não é uma doação ou imposição - um conjunto a ser depositado no educando, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo, daqueles elementos que este lhe entregou de forma inestruturada. (FREIRE, 2005: 77).

O Proeja FIC busca considerar as reais necessidades do educando, partindo de sua realidade e respeitando o seu processo de conhecimento pela exigência do compromisso político do educador, criando entre os sujeitos da aprendizagem momentos diferenciados entre a sala de aula e o local onde trabalham os educandos (no caso dos pescadores, uma vez por mês, as aulas são realizadas em encontros entre educadores, educandos e coordenadores, nos acampamentos às margens do rio, locais de seus trabalhos, onde todos os componentes do projeto armam barracas, cozinham e se alimentam e ainda, realizam as atividades curriculares) com círculo de aprendizagens em momentos de trabalho.

Como já mencionado, as aulas aconteceriam durante a piracema (novembro, dezembro, janeiro, fevereiro) uma vez por mês aos sábados e domingos nos acampamentos de educandos/pescadores às margens do rio Paraguai (o projeto conta com dois barcos para atendê-los) e, em consenso com todos os envolvidos, todas as sextas feiras há plantão para atendimento daqueles que estiverem na cidade. Os pescadores que antes vinham aos sábados para a venda do pescado e compras para os acampamentos, passaram a vir à cidade nas sextas feiras, pois não querem “perder” nem um só dia de aula. Na comunidade rural, todo o horário e calendário são definidos com a comunidade, já que esses educandos têm horários específicos para o trabalho, como levantar às 4 horas da manhã para ordenhar as vacas. Portanto as aulas iniciam-se às 18 horas e terminam em torno de 21 horas para que eles possam descansar para um novo dia de trabalho.

Envolvidos diretamente no processo, dificilmente somos capazes de avaliar com concretude ou de forma realista os resultados obtidos. Aprendemos a ouvir, a reavaliar nossos conceitos do que é o conhecimento, do que é domínio das letras. Ouvimos dos

educandos relatos tocantes sobre o que significa a leitura e a escrita para eles, como por exemplo, a assinatura do nome em um documento pela primeira vez, assinar o nome pela primeira vez depois de votar em uma eleição nacional, fazer uma viagem e conseguir ler o itinerário de um ônibus sem pedir a ajuda de outros.

Relatos escritos por esses educandos aos seus educadores destacando que não acreditavam que conseguiriam. Depoimento de uma pescadora colocando que queria aprender, pois precisava fazer uma conta além de pescar. Precisava garantir que seus filhos e netos não continuassem a passar necessidade e que se soubesse somar, dividir, multiplicar, poderia vender um salgado quando o peixe estivesse escasso, poderia cozinhar sabendo se teria lucro ou não.

3 - Considerações finais:

No momento da abertura das inscrições para as matrículas dos cursos ouvimos depoimentos de senhores e senhoras de que, por diversas vezes, se inscreveram em cursos que tinham início e de repente eram interrompidos sem justificativas aceitáveis. Outras vezes, iam para esses cursos e “os professores não apareciam” o que os desmotivava. Em decorrência de suas experiências frustrantes, muitos não acreditaram e se negaram a começar estudar, pois “não ia virar nada”.

O projeto hoje é procurado por uma centena de pessoas solicitando que as vagas sejam ampliadas. O impasse está colocado já que sem o compromisso de financiamento do governo é muito improvável a abertura de outras turmas, ou seja, a garantia do direito à educação a homens e mulheres que continuam marginalizados e afastados da escola. Considerando a conjuntura atual, é bastante provável que mesmo esses educandos atendidos hoje pelo Proeja FIC não possam dar continuidade a seus estudos quando concluírem o Ensino Fundamental. Ou terão que esperar, ou reivindicar que um novo “projeto” lhes permita frequentar a escola novamente.

O que o projeto tem de resultados está expresso nas salas de aula, que mesmo depois de 2 anos e meio, de uma greve de 80 dias, as mesmas continuam lotadas. O índice de evasão está em torno de 15%, menos da metade da média nacional. Está nos depoimentos de um vídeo produzido sobre esses homens e mulheres e sua relação com a escola, onde suas expectativas e realizações são expostas pelos sujeitos do processo. Na

alegria de mostrar como estão conseguindo realizar boas leituras, como conseguem identificar os mais diferentes signos e símbolos. O acesso à educação não tem apenas contribuído para que esses educandos sintam-se parte integrante da sociedade em que vivem e exerçam sua cidadania de forma consciente, contribui também, para que nós educadores nos tornemos mais humanos, mais afetivos, ouvindo a voz do outro, aprendendo com ele e crescendo, dia após dia, um saldo moral que não tem preço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ASSUNPCÃO, Raiane. (org) **Educação popular na perspectiva freiriana**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- ClAVATTA, Maria. Formação Integrada: entre a cultura da escola e a cultura do trabalho. In: ClAVATTA, Maria (Coord.). **Memória e Temporalidades do Trabalho e da Educação**. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ, 2007.
- CORTELLA, Mário Sérgio. **A Escola e o Conhecimento fundamentos epistemológicos e políticos**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FUCK, Irene Terezinha. **Alfabetização de Adultos**. Relato de uma experiência construtivista. São Paulo: Vozes, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 30ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2007.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- _____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. **Educação na Cidade**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- GADOTTI, Moacir **Concepção dialética de educação: um estudo introdutório**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. 8.ed. São Paulo: Ática, 2008.
- _____. **História das Idéias Pedagógicas**. 8.ed. São Paulo: Ática, 2008.
- GOODSON, Ivor F. **CURRÍCULO teoria e história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- LIBÂNEO, José Carlos (org.) **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- LIMA FILHO, Domingos Leite. Educação de Jovens e Adultos (EJA) e mundo do trabalho: elementos para discussão da reconfiguração do currículo e formação de educadores. In: MACHADO, Maria Margarida (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. II Seminário Nacional. Brasília: Secad/MEC, UNESCO, 2008.
- MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MORGADO, Maria Aparecida. **Da sedução na relação pedagógica**. Professor-aluno no embate com afetos inconsciente. 2. ed. São Paulo: Summus, 2002.
- PERRENOUD, Philippe. **ENSINAR: agir na urgência, decidir na incerteza**.
_____. (org.) **Formando Professores Profissionais quais estratégias? Quais competências?** 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação Dialógica: desafios e perspectivas**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

RODRIGUES, Neidson. **Da escola à Escola Necessária**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DOCUMENTOS:

MEC/SETEC. PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio e Formação Inicial e Continuada / Ensino Fundamental. Documento Base. Brasília: MEC, 2007.

Decreto Presidencial nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que institui no âmbito federal o Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

Plano Nacional de Educação de 2001.

Projeto para inscrição e Projeto Pedagógico do PROEJA/FIC do IFMT Campus Cáceres de 2009.